



Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório dos auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |
Botafogo - Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/O



Marcio Romulo Pereira
Contador CRC RJ- 076774-O - 7

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A

Balancos Patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2022

(Em Milhares de Reais)

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021

(Em Milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>		<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	332.175	117.523	Debêntures	13	-	57.750
Contas a receber de clientes	6	8.848	6.738	Fornecedores	14	7.698	10.180
Estoques		974	1.169	Obrigações sociais e trabalhistas	15	2.775	2.717
Impostos a recuperar	7	7.545	1.572	Obrigações tributárias	16	8.710	3.744
Adiantamentos diversos	8	4.846	50.902	Outras contas a pagar	17	4.308	12.196
Despesas antecipadas	9	22.243	33.944	Passivo de Contrato	10	43.307	-
Ativo financeiro - concessão de serviços públicos	10	-	44.180			66.798	86.587
Outras contas a receber		-	-				
		<u>376.631</u>	<u>256.029</u>	Não circulante			
Não circulante				Obrigações tributárias	16	212.776	161.792
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências	18	3.316	609
Contas a receber de clientes	6	3.219	3.455	Provisão para manutenção	19	45.273	36.447
Impostos a recuperar	7	16.286	33.656	Debêntures	13	100.669	-
Despesas antecipadas	9	4	46	Outras contas a pagar	17	7.918	8.028
Imobilizado	11	5.170	5.515			<u>369.953</u>	<u>206.876</u>
Intangível	12	213.236	168.065	Patrimônio líquido	20		
		<u>237.915</u>	<u>210.736</u>	Capital social		137.151	137.151
		<u>614.546</u>	<u>466.765</u>	Reservas		40.644	36.151
				Lucros (Prejuízos) acumulados		-	-
						<u>177.795</u>	<u>173.302</u>
Total do Ativo		<u>614.546</u>	<u>466.765</u>	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>614.546</u>	<u>466.765</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

**Demonstrações de Resultados
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021**

(Em Milhares de Reais, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Demonstrações de Resultados

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Milhares de Reais, Exceto o Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício por Ação)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	21	1.581.356	783.535
Custos	22	(1.473.796)	(669.421)
Resultado bruto		<u>107.560</u>	<u>114.114</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	23	(61.584)	(51.348)
Provisão para manutenção	19	(30.938)	(44.543)
Depreciação e amortização	11/12	(9.946)	(5.119)
Outros Resultados Operacionais		<u>17</u>	<u>-</u>
		(102.451)	(101.010)
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		<u>5.109</u>	<u>13.104</u>
Receitas financeiras	24	30.899	7.198
Despesas financeiras	24	<u>(11.228)</u>	<u>(4.588)</u>
Resultado financeiro		19.671	2.610
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>24.780</u>	<u>15.714</u>
Imposto de renda e contribuição social Corrente	25	(7.223)	(4.663)
Imposto de renda e contribuição social Diferido	25	(13.064)	(656)
Lucro líquido (Prejuízo) do ano		<u>4.493</u>	<u>10.395</u>
Número de ações ao final do ano	21(a)	<u>137.151.444</u>	<u>137.151.444</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do ano por ação - R\$		<u>0,0328</u>	<u>0,0758</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

**Demonstrações do Resultado Abrangente
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021**

(Em Milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado do Período	4.493	10.395
Resultado Abrangente	-	-
	<u>4.493</u>	<u>10.395</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021****(Em Milhares de Reais)**

	Nota	Reservas			Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		137.151	1.288	24.468	-	162.907
Constituição de reserva						
Reserva de lucros	20(c)	-	520	9.875	-	10.395
Saldos em 31 de dezembro de 2021		137.151	1.808	34.343	-	173.302
Constituição de reserva						
Reserva de lucros	20(c)	-	225	4.268	-	4.493
Saldos em 31 de dezembro de 2022		137.151	2.033	38.611	-	177.795

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em Milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	4.493	10.395
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para conciliar o resultado às demonstrações geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização do imobilizado	367	367
Amortização do intangível	9.580	4.752
Juros sobre debêntures	6.427	4.407
Provisão para contingências	2.707	-
Provisão para manutenção	8.826	34.224
Lucro líquido do exercício - ajustado	32.400	54.145
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) das contas a receber de clientes - Ativo circulante e não circulante	(1.874)	(1.375)
Aumento (diminuição) dos estoques	195	(290)
Aumento (diminuição) dos impostos a recuperar - Ativo circulante e não circulante	11.397	(10.341)
Aumento (diminuição) dos adiantamentos diversos	58.056	(7.687)
Aumento (diminuição) das despesas antecipadas - Ativo circulante e não circulante	11.743	(29.326)
Aumento (diminuição) dos ativos e passivos financeiros - concessão de serviços públicos	44.181	(35.794)
Aumento (diminuição) das outras contas a receber	-	2
Aumento (diminuição) dos fornecedores	(14.482)	3.987
Aumento (diminuição) das obrigações sociais e trabalhistas	57	(270)
Aumento (diminuição) das obrigações tributárias - Passivo circulante e não circulante	54.886	25.936
Aumento (diminuição) das outras contas a pagar - Passivo circulante e não circulante	36.373	19.443
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	232.932	18.430
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições no imobilizado	(22)	(1.149)
Baixas no imobilizado	-	5.301
Adições no intangível	(57.691)	(20.279)
Baixas no intangível	2.941	54
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(54.772)	(16.073)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Debêntures - Passivos circulante e não circulante	36.492	(19.788)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	36.492	(19.788)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	214.652	(17.431)
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa mais equivalentes de caixa	117.523	134.954
Saldos finais de caixa mais equivalentes de caixa	332.175	117.523
Redução de caixa e equivalentes de caixa	214.652	(17.431)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021

(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. tem como objeto social a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de operação e manutenção dos trechos da Rodovia SP 099, compreendidos entre os quilômetros 11+500 km e 83+400 km, das SPAs 032/099, 033/099, 035/099 e 037/099, assim como a operação e manutenção dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião, quando entregues pelo Poder Concedente, bem como a execução de obras civis para a construção da Ampliação Principal do trecho compreendido entre os quilômetros 60+480 km e 82+000 km da Rodovia SP 099 (objeto de Concessão). A Companhia iniciou sua arrecadação de pedágio em 1º de julho de 2016 e o período de concessão irá até abril de 2045.

No dia 27 de agosto de 2021 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº6, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação contratual originalmente atribuída ao Poder Concedente de execução das obras remanescentes dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião. O prazo de conclusão da obra do contorno é para o segundo semestre de 2023.

Em 26 de março de 2022 houve a finalização da obra e inauguração do Novo Trecho de Serra. Denominada como ampliação principal, refere-se a obra de duplicação compreendida entre os quilômetros 60+480 km e 82+000 km da Rodovia SP 099. O novo trecho faz parte do contrato de concessão e tem vigência até o ano de 2045.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei Societária Brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A Administração entende que a Companhia atende aos preceitos do ICPC 01 (R1), que trouxe uma mudança na forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas sujeitas ao alcance do referido normativo contábil.

O ICPC 01 (R1) determina que a infraestrutura dentro de seu alcance não será registrada como ativo imobilizado do concessionário, uma vez que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura dos serviços públicos. Este é um dos conceitos mais importantes mencionados nas normas contábeis, em outras palavras, o concessionário deverá registrar tais valores como ativos intangíveis, ativos financeiros ou ambos.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão pela administração em 29 de março de 2023.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d).

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

2.2. Pronunciamentos, normas e interpretações que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022:

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Alteração do IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- IFRS 17 Contratos de Seguros – A partir de 1º. de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice statements 2 – Divulgação de políticas contábeis: alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”. A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e erro – esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis. A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o lucro – Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. A partir de 1º. de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica seus ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (esses são classificados no ativo não circulante). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” (nota explicativa nº 5), “Contas a receber” (nota explicativa nº 6), “Créditos tributários” (nota explicativa nº 7), “Adiantamentos” (nota explicativa nº 8), “Despesas antecipadas” (nota explicativa nº 9) e “Ativo financeiro” (nota explicativa nº 10).

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 5.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Contas a receber de clientes

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio, receitas acessórias, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Administração não considera duvidosa a recuperação dos créditos, razão pela qual não constituiu provisão para perdas esperada.

d) Estoques

Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição e não excedem ao custo de reposição ou valores líquidos de realização.

e) Concessão de serviços públicos

O ativo ou passivo financeiro está demonstrado como o reconhecimento do aporte a receber do poder concedente para as obras de implantação da nova pista para duplicação do Trecho Serra da SP 099 (“Ampliação principal”) que, de acordo com o disposto no contrato de Concessão Patrocinada e ajustado conforme TAM nº 01/2017, em fevereiro de 2017, será efetuado por 68 meses, sendo posteriormente prorrogado para o mês de fevereiro de 2022, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.

Em agosto de 2021 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº6, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação contratual originalmente atribuída ao Poder Concedente de execução das obras remanescentes dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.

Conforme ICPC 01 (R1), durante a fase de construção, o ativo operador (que representa seu direito acumulado a ser pago pelo fornecimento/prestação de serviços de construção) deve ser classificado como ativo financeiro quando ele representar caixa ou outro Ativo Financeiro devido pelo Poder Concedente, ou conforme sua instrução.

f) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou formação e deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”, quando aplicável, na demonstração do resultado.

g) Intangível

I. Infraestrutura

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1), item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, durante a fase de construção.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

Os ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão tiveram sua amortização iniciada a partir da cobrança do pedágio, sendo o prazo equivalente à curva de demanda estimada.

II. Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

h) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

i) Provisão para contingências

As provisões para contingências (cível, trabalhista, e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões foram constituídas conforme parecer de seus assessores jurídicos, sendo as mesmas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas.

j) Provisão para manutenção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade, ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada, antes de ser devolvida ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidação da obrigação presente na data do balanço.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção, somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída, e o item restaurado colocado novamente a disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

k) Reconhecimento da receita

A Companhia reconhecerá a receita quando o valor dela puder ser mensurado com segurança, e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir:

i. Receita de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

ii. Receita de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estas podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro) pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível).

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão. Estão demonstradas conforme a seguir:

Receita Líquida		Custo de Construção		Margem de Lucro	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
1.483.567	700.592	(1.473.796)	(669.422)	9.771	31.170

iii. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

l) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia optou pelo lucro real como forma de tributação. Dessa forma o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

(a) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

(b) Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

(c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(d) Provisão para manutenção

Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões é calculada, anualmente, por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para o ciclo de investimento – 5 anos), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, conforme a dívida da Concessionária.

(e) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(f) Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção

(g) Perda (impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de maneira confiável.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment dos ativos não financeiros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	13	5
Numerários em Transito (i)	1.617	1.397
Banco Conta Movimento	478	9.209
Aplicações Financeiras		
Poupança	6.697	4.577
Títulos de Renda Fixa (ii)	<u>323.371</u>	<u>102.335</u>
	<u>332.175</u>	<u>117.523</u>

(i) O saldo se refere a numerários recebidos dos clientes e que, em função do *float* das instituições financeiras, só serão repassados à Concessionária em data futura.

(ii) O saldo de aplicações financeiras é composto basicamente por certificados de depósito bancários - CDB junto ao Banco Bradesco, e foi apresentada uma rentabilidade de 102% do CDI em 2022 e 100% em 2021 e depósitos de poupança que está relacionado ao licenciamento ambiental conforme nota explicativa nº 17.

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Vale Pedágio	162	-	121	-
Pedágio Eletrônico (i)	7.765	-	5.900	-
Faixa de Domínio (ii)	918	3.219	715	3.455
Sem Faixa de Domínio	3	-	-	-
	<u>8.848</u>	<u>3.219</u>	<u>6.736</u>	<u>3.455</u>

- (i) Os pedágios eletrônicos referem-se aos clientes CGMP, Move Mais, Conectcar, Greempass com vencimentos para 30 dias.
- (ii) Em 2018 foi celebrado um contrato de locação de rede apagada com a empresa Multivale Engenharia e Serviços Ltda. A Companhia fornecerá um par de fibras ópticas apagadas e realizará a manutenção durante quinze anos, iniciados em 17 de dezembro de 2018. As quantias referentes às parcelas de 30% e 40% do valor total já foram recebidas, respectivamente, em dezembro de 2018 e abril de 2019. Os 30% restantes serão recebidos por meio de 15 parcelas anuais, sendo a primeira recebida em fevereiro de 2020 e a segunda, referente a fevereiro de 2021, recebida em julho de 2021, com os devidos acréscimos de multa e juros, a terceira parcela foi recebida em 02 de março de 2022.

7. Créditos tributários

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRRF S/ Aplicações Financeiras	1.855	-	1.567	-
IRPJ Base Negativa	318	-	-	-
CSLL Base Negativa	1	-	-	-
Imposto de Renda Diferido (i)	3.934	11.925	4	24.648
Contribuição Social Diferida (i)	1.437	4.361	1	9.008
	<u>7.545</u>	<u>16.286</u>	<u>1.572</u>	<u>33.656</u>

- (i) Os impostos diferidos foram constituídos sobre as diferenças temporárias. A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos por meio da projeção de seu lucro tributável para os próximos 5 anos, considerando fatores macroeconômicos que preveem um incremento de receita a partir de investimento decorrentes de novas demandas. No ano de 2022 foram compensados o valor de R\$12.000 mil.

Ano	Compensação IR/CS
2023	5.370
2024	5.362
2025	7.282
2026	1.000
2027	2.642
<u>Total</u>	<u>21.656</u>

8. Adiantamentos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamento a Fornecedores (i)	4.846	50.902
	<u>4.846</u>	<u>50.902</u>

(i) O saldo de adiantamento de fornecedores é composto basicamente por valores adiantados a fornecedores de materiais e serviços aplicados nas construções em andamento.

9. Despesas antecipadas

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Prêmio de Seguros (i)	21.473	-	33.263	-
Juros a Transcorrer	727	-	600	-
Outras despesas pagas antecipadamente	43	4	91	46
	<u>22.243</u>	<u>4</u>	<u>33.954</u>	<u>46</u>

(i) Os valores pagos a título de seguros, são transferidos para resultado na medida do transcurso do período contratado.

10. Ativo financeiro/Passivos Financeiro – Concessão de serviços públicos

	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Recebimentos</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Aportes públicos - Ativo	44.180	1.526.668	1.570.848	-
	<u>44.180</u>	<u>1.526.668</u>	<u>1.570.848</u>	<u>-</u>
	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Exclusões</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Aportes públicos - Passivo	-	371.871	328.564	43.307
	<u>-</u>	<u>371.871</u>	<u>328.564</u>	<u>43.307</u>

O ativo/passivo financeiro refere-se ao direito incondicional de receber e pagar caixa do poder concedente pela implantação da infraestrutura. O recebimento dos aportes segue o que está descrito no fluxo de desembolso das parcelas do Aporte de Recursos, conforme TAM nº 01/2017 (Ampliação Principal), TAM nº 05/2021 (Risco Geológico) e TAM nº 06/2021 (Obra Civil Contornos).

11. Imobilizado

a) Composição

	<u>% Depreciação</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fibra ótica	4%	4.774	5.016
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10%	396	498
Total		<u>5.170</u>	<u>5.514</u>

b) Movimentação

	Fibra ótica	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Imóveis em construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.016	498	-	5.514
Adições	-	22	-	22
Depreciação / Amortização	(242)	(124)	-	(366)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.774	396	-	5.170

12. Intangível

		Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização (*)	Saldo em 31/12/2022
Instalações	65%	110.020	44.843	(2.364)	(6.259)	146.240
Equipamentos, veículos e sistemas de controle	15%	24.873	6.544	(347)	(1.415)	29.655
Desapropriações	4%	7.486	1.352	-	(426)	8.412
Conservação especial	8%	13.438	-	-	(764)	12.674
Elementos de segurança	1%	1.804	1.382	(4)	(103)	3.079
Resultado financeiro	5%	8.180	3.198	-	(465)	10.913
Meio Ambiente	1%	1.248	316	(226)	(71)	1.267
Outros	1%	1.015	38	-	(58)	996
		168.065	57.673	(2.941)	(9.561)	213.236

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2022 foi de 0,15%.

Contrato de concessão - infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2020	152.592
(+) Adições	20.279
(-) Amortizações	(4.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	168.065
(+) Adições (i)	57.673
(-) Baixas	(2.941)
(-) Amortizações	(9.561)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	213.236

(i) Existiam obras em andamento do novo CCO (Centro de Controle Operacional) e PGF's (Posto Geral de Fiscalização), com isso tivemos incrementos no custo, que foram concluídas ao decorrer do ano de 2022.

13. Debêntures

Em 13 de novembro de 2017, foi firmado com o Banco Bradesco S.A., um contrato de subscrição particular de emissão de 250.000.000 debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1 (um real), no montante de R\$250.000, sobre as quais não haverá atualização monetária do valor nominal unitário das debêntures por qualquer índice. As referidas debêntures foram objeto de renegociação de um empréstimo. As debêntures estão garantidas por: a) alienação fiduciária de ações de emissão da Emissora; b) cessão fiduciária sobre todos os direitos emergentes da Concessão; c) cessão fiduciária de direitos creditórios da Concessão; e d) cessão condicional sobre os contratos da Concessão.

No dia 8 de abril de 2020 ocorreu a Assembleia Geral dos Debenturistas, onde foi deliberado a prorrogação de 90 (noventa) dias para a quitação da 2ª parcela de amortização do principal. Como consequência, o vencimento que era em 13 de abril de 2020, passou a ser em 12 de julho de 2020. A prorrogação do prazo de pagamento da segunda parcela não alterou o fluxo dos demais pagamentos previstos na Escritura.

Em 13 de janeiro, 13 de abril, 13 de julho e 13 de outubro de 2020, a Companhia realizou amortizações do saldo das debêntures, conforme cronograma de pagamento, referente às parcelas 5 a 8 da quitação de juros, além das 2ª e 3ª parcelas de principal. O saldo amortizado acrescidos dos juros no período foi de R\$122.941.

Em 13 de janeiro de 2021, a Companhia liquidou a 9ª parcela de juros das debêntures, no montante de R\$ 436. No dia 12 de maio de 2021, ocorreu a Assembleia Geral dos Debenturistas, onde foi deliberado a prorrogação da quitação de R\$57.750 (de um montante de R\$72.750) para o dia 31/03/2022, com juros remuneratórios mensais à taxa de CDI +3,25%.

Em 13 de maio de 2021, a Companhia realizou amortização de R\$15.000. Os valores de pagamentos de juros no ano de 2021 foi de R\$ 4.816. Nos dias 31/01/22,25/02/2022 e 31/03/2022, houve os pagamentos da 19ª,20ª e 21ª parcelas de juros, nos valores de R\$ 578, R\$ 573 e R\$696, respectivamente.

Em 31 de março de 2022, a Companhia realizou a quitação do saldo da debênture, no valor de R\$57.750.

Em 25 de abril de 2022 a Companhia celebrou a 2ª (Segunda) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única no valor total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). A emissão se deu através do enquadrando do “projeto” como prioritário pelo Ministério da Infraestrutura nº 1.561, de 24 de dezembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União (“DOU”) em 30 de dezembro de 2021. A Debênture terá prazo de 10 (dez) anos e 20 (vinte) dias, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2032. Sobre o valor nominal unitário atualizado incidirão juros remuneratórios pré-fixados, pagos semestralmente à taxa de juros de IPCA+ 7,8081 a.a.

Em 16 de novembro de 2022, a Companhia realizou o pagamento da primeira parcela de juros no valor de R\$3.910.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Debêntures a Pagar CP	-	57.750
	<u>-</u>	<u>57.750</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Debêntures a Pagar LP	100.669	-
	<u>100.669</u>	<u>-</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2021 - CP	57.750
(+) Juros	1.850
(-) Pagamentos	(59.600)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021 - LP	-
(+) Aquisição	100.000
(+) Juros	4.606
(-) Pagamentos	(3.937)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	100.669

14. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores Nacionais a Pagar	7.698	10.180
	<u>7.698</u>	<u>10.180</u>

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	26	77
Provisões de férias e encargos	1.940	1.840
IRRF de empregados a recolher	244	292
INSS a Recolher	421	376
FGTS a Recolher	144	132
	<u>2.775</u>	<u>2.717</u>

16. Obrigações tributárias

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pis a Recolher (ii)	185	-	79	-
Cofins a Recolher (ii)	885	-	382	-
IRPJ a Recolher (i)	-	-	690	-
CSLL a Recolher (i)	421	-	360	-
IRRF S/ Terceiros a Recolher	20	-	22	-
ISS S/ Terceiros a Recolher	6.070	-	1.199	-
ISS a Recolher	950	-	778	-
INSS S/ Terceiros a Recolher	92	-	155	-
Pis/Cofins/CSLL Terceiros a Recolher	63	-	79	-
Outras Obrigações Tributárias	24	-	-	-
IRPJ Diferido (i)	-	38.960	-	38.178
CSLL Diferida (i)	-	14.026	-	13.744
Pis Diferido (ii)	-	28.456	-	19.566
Cofins Diferido (ii)	-	131.334	-	90.304
	<u>8.710</u>	<u>212.776</u>	<u>3.744</u>	<u>161.792</u>

- (i) A tributação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL) diferidos se dá mediante a apuração contábil dos resultados, cuja base de cálculo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$31.702 (R\$31.170 em 31 de dezembro de 2021). Os reflexos tributários da margem de construção, que é a diferença positiva entre a receita e o custo de construção (demonstrada na Nota Explicativa nº 3 item K (ii), para fins de apuração dos referidos tributos devem ser diferidos para serem tributados quando da entrada em operação da infraestrutura (Lei 11.079/04 – art. 6 - § 3 – inciso I e IN 1700/17 – art. 171 § 1,2 e 3).

- (ii) O PIS e COFINS diferidos foram reconhecidos de acordo com a Lei 11.079/04, que determina a tributação dos aportes de recursos pelo prazo restante do contrato, considerando a data partir do início da prestação dos serviços públicos, sendo apurado pelo regime cumulativo com alíquota de 0,65% (PIS) e 3% (COFINS). Em março com a entrega da obra da ampliação principal começou o recolhimento dos impostos.

17. Outras contas a pagar

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigação contratual ambiental (i)	-	4.705	-	4.578
Seguros e garantias a pagar	89	-	8.793	-
Adiantamentos de clientes (iii)	2.335	-	2.423	-
Adiantamento De Clientes - Pedagio	631	-	298	-
Receita acessórias a apropriar (ii)	324	3.213	316	3.450
Outros valores a pagar	929	-	366	-
	4.308	7.918	12.196	8.028

- (i) Refere-se a um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), que foi celebrado com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em decorrência do licenciamento ambiental de duplicação da rodovia. Os valores foram calculados em caráter provisório, considerando o potencial impacto ambiental na forma do Decreto Federal nº 6.848/09, conforme memória de cálculo elaborada pela **CETESB** e constante no Processo nº 98/2011. A Companhia depositou os valores em conta poupança de sua titularidade, que deverão ser repassados, juntamente com os respectivos rendimentos, ao ente federativo beneficiário, conforme deliberação a ser feita pela Câmara de Compensação Ambiental – CCA.
- (ii) Correspondente ao recebimento antecipado de parcelas do contrato de locação de fibra óptica apagada (vide Nota Explicativa nº 11), que será amortizado conforme o tempo de duração do referido contrato.
- (iii) O adiamento de cliente se refere ao contrato com a Multivale, onde o cliente já adiantou para a companhia 70% do valor total do serviço e o restante será pago em 15 parcelas anuais.

18. Provisão para contingências

Perdas prováveis, provisionadas no balanço

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e até atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com os referidos consultores legais, havia o montante de R\$3.316 e em 31 de dezembro de 2021 havia o montante de R\$ 609 envolvendo riscos de perda classificadas como prováveis.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui ações de naturezas cível e trabalhistas, no montante de R\$12.861 (R\$446 em 31 de dezembro de 2021) envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos.

19. Provisão para manutenção

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pavimentos	23.824	22.621
AVP Pavimentos	7.171	4.021
Sinalização	7.942	5.013
AVP Sinalização	1.706	574
Obras de arte especial	3.504	3.600
AVP Obras de arte especial	1.126	618
	<u>45.273</u>	<u>36.447</u>

A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de 5 anos (1º ciclo - de abril de 2016 a março de 2021 / 2º ciclo – de abril de 2021 a março de 2026), descontados a valor presente, conforme dívida da Concessionaria. A determinação da taxa de desconto utilizada está baseada na média ponderada das captações no início do ciclo de investimentos.

A Companhia revisa periodicamente os estudos sobre as referidas provisões com base em dados estimados pelos profissionais internos de engenharia e são consideradas suficientes pela sua Administração visando suprir as devidas manutenções futuras.

Em 2021 houve o encerramento do 1º ciclo de manutenção de algumas áreas e o início do 2º ciclo de manutenção (que tratará de provisões anuais e vigorará por 5 anos, se encerrando em março de 2026), o que demandou a projeção e provisionamento dos referidos desembolsos.

No resultado houve uma variação entre 31 de dezembro de 2021 de R\$ 44.453 para R\$30.938 em 31 de dezembro de 2022.

A movimentação da provisão para manutenção, líquida de ajuste a valor presente, segue demonstrada abaixo:

Saldo em 31.12.2020	2.223
Baixas	(10.229)
Adições	44.453
Saldo em 31.12.2021	<u>36.447</u>
Baixas	(22.112)
Adições	30.938
Saldo em 31.12.2022	<u>45.273</u>

20. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$137.151, dividido em 109.721.155 (cento e nove milhões, setecentos e vinte e um mil, cento e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 27.430.289 (vinte e sete milhões, quatrocentos e trinta mil, duzentos e oitenta e nove) ações preferenciais, sendo todas nominativas e sem valor nominal.

(b) Política de distribuição de lucros

Do lucro líquido do exercício, serão deduzidas as reservas exigidas por lei e outras determinadas por sócios que representem a maioria do capital social, devendo o saldo remanescente ter o destino que os sócios, pelo mesmo quórum, determinarem. Contudo, conforme estabelecido no contrato de emissão das debêntures, a Companhia não pode realizar a distribuição de dividendos até a liquidação total da operação. Por esse motivo, não há registro de proposta de distribuição.

(c) Reservas

Do resultado do exercício apurado na forma da legislação em vigor, serão deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. Do saldo remanescente, configurará o lucro líquido do exercício que terá as seguintes destinações:

1. 5% para constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, ficando dispensada a destinação de lucro para esta reserva quando o seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social;
2. Formação de reserva para contingências, caso haja necessidade, por proposta dos Administradores e aprovado em Assembleia Geral;
3. Constituição de reserva de lucros a realizar, se for o caso, na forma prevista da Lei;
4. A Assembleia Geral decidirá o destino do lucro líquido remanescente do exercício, nos termos da Lei.

21. Receita líquida

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas		
Receitas de obras de infraestrutura (a)	1.537.712	726.366
Receitas de pedágio (b)	106.827	90.586
Receitas acessórias (c)	<u>3.302</u>	<u>3.017</u>
	<u>1.647.841</u>	<u>819.969</u>
Deduções		
ISS	(5.340)	(4.601)
PIS	(10.300)	(5.169)
Cofins	(47.541)	(23.856)
Outras deduções	<u>(3.304)</u>	<u>(2.808)</u>
	<u>(66.485)</u>	<u>(36.434)</u>
	<u>1.581.356</u>	<u>783.535</u>

(a) A Companhia reconheceu, no exercício, o montante de R\$1.537.712 (de R\$726.366 em 31 de dezembro de 2021) como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, conforme contrato de concessão vigente.

(b) Refere-se a receita com atividade principal da Companhia.

(c) A Companhia também reconheceu receitas acessórias, que correspondem a receitas oriundas de atividades extras ocorridas na rodovia.

A seguir está demonstrada a composição do PIS e da COFINS, do quadro acima:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS		
Sobre receitas de pedágios e acessórias	(657)	(579)
Sobre obras de infraestrutura	<u>(9.642)</u>	<u>(4.590)</u>
	<u>(10.299)</u>	<u>(5.169)</u>
COFINS		
Sobre receitas de pedágios e acessórias	(3.036)	(2.672)
Sobre obras de infraestrutura	<u>(44.505)</u>	<u>(21.184)</u>
	<u>(47.541)</u>	<u>(23.856)</u>
	<u>(57.840)</u>	<u>(29.025)</u>

22. Custos

O montante de R\$1.537.712 (R\$726.366 em 31 de dezembro de 2021), refere-se aos custos de obras de infraestrutura reconhecidos tomando-se por base as orientações contidas na interpretação técnica ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

A seguir está demonstrada a conciliação entre os custos de obras de infraestrutura citado acima e o valor reconhecido nas receitas de obras de infraestrutura do exercício, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 21:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas de obras de infraestrutura - Nota 21	1.537.712	726.366
Margem de Lucro	<u>(9.771)</u>	<u>(31.170)</u>
Receitas, líquidas de margem, de obras de infraestrutura	<u>1.527.941</u>	<u>695.196</u>
Deduções		
PIS Sobre obras de infraestrutura - Nota 21	(9.641)	(4.590)
COFINS Sobre obras de infraestrutura - Nota 21	<u>(44.504)</u>	<u>(21.184)</u>
	<u>(54.145)</u>	<u>(25.774)</u>
Custo de obras de infraestrutura	<u>1.473.796</u>	<u>669.422</u>

Os custos de obra são representados basicamente pelos custos incorridos pelas empreiteiras contratadas para a execução das obras de infraestrutura. A Companhia manteve custos incorridos no montante de R\$ 1.327.844 (R\$ 566.742 em 2021) referente a custos de obras com partes relacionadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 27.

23. Despesas Administrativas

As despesas administrativas referem-se aos gastos com o pessoal, serviços tomados, materiais de uso e consumo, gastos gerais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

	31/12/2022	31/12/2021
Salarios E Remuneracoes	24.784	26.308
Prestadores De Servicos	19.591	16.934
Material Equip E Veiculos (Consumo)	6.780	4.099
Gastos Gerais	6.890	3.344
Seguros	832	683
Provisões	2.707	-
Outros Resultados Operacionais	-	(20)
	<u>61.584</u>	<u>51.348</u>

24. Resultado Financeiro

<u>Receita Financeira</u>	31/12/2022	31/12/2021
Rendimento De Aplicacao Financeira	27.419	4.350
Juros Ativos	113	7
Descontos Obtidos	2.965	2.789
Variacao Cambial Ativa	402	51
	<u>30.899</u>	<u>7.197</u>

<u>Despesas Financeira</u>	31/12/2022	31/12/2021
IOF	1.490	97
Juros De Financ Em Moeda Nacional	6.427	4.105
Juros Sobre Atraso De Pagamento	59	4
Despesas Bancarias	4.715	198
Descontos Concedidos	(25)	-
Cide	45	-
Ir S/ Remessa Exterior	75	-
Iss S/ Remessa Exterior	12	-
Pis E Cofins S/ Remessa Exterior	46	-
Variacoes Cambiais S/Fornec Externos	149	(31)
Pis S/ Receita Financeira	201	119
Cofins S/ Receita Financeira	1.232	213
Transferencias Despesas Financeiras	(3.198)	(117)
	<u>11.228</u>	<u>4.588</u>

25. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

a) Diferido

	31/12/2022	31/12/2021
Csll Diferido – Icp 01	282	2.805
Irpj Diferido – Icp 01	782	7.793
Contribuição Social Diferido	3.211	(2.654)
Imposto De Renda Diferido	8.789	(7.288)
	<u>13.064</u>	<u>656</u>

b) Corrente

	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição Social Corrente	1.997	1.263
Imposto De Renda Corrente	5.226	3.400
	<u>7.223</u>	<u>4.663</u>

c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado Líquido	24.780	15.714
(+) Adições	42.093	47.531
(-) Exclusões	(35.170)	(43.198)
LALUR	31.703	20.047
Compensação de 30% s/ lucro	(9.511)	(6.014)
IR + Adicional	22.192	3.484
(-) PAT+Doações Incentivadas	(251)	(84)
Total IRPJ	5.226	3.400
Total CSLL	1.997	1.263

26. Gestão de Risco Financeiros

a) Considerações Gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do Grupo.

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

b) Gerenciamentos de Riscos

A Companhia está exposta: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e outras contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Objeto	Limite Máximo de indenização R\$
Veicular I (Concessionária)	6.224
Veicular II (Concessionária)	6.987
Risco Contornos (Concessionária)	67.986
Risco Contornos (Concessionária)	33.353.115
Risco Contornos (Concessionária)	1.708.480
Responsabilidade Civil (Concessionária)	206.014
Responsabilidade Empresarial (Concessionária)	491.711
Responsabilidade Empresarial (Concessionária)	354.354
Garantia Fiança (Concessionária)	36.634
Risco Engenharia (Obra de ampliação principal)	12.337
	36.243.843

c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício.

d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

27. Operações com partes relacionadas

Partes relacionadas

Custo com Contrução	31/12/2022	31/12/2021
Alya Construtora	252.494	460.610
Engetec	1.075.350	106.132
	1.327.844	566.742

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

A Companhia não possui Conselho de Administração, sendo a administração da Companhia exercida pela Diretoria. A Diretoria foi eleita em Assembleia Geral Extraordinária em 07/11/2022. Os diretores são todos empregados da Companhia e suas remunerações se baseiam em contratos de trabalho, regido pelas regras da CLT.

28. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	4.493	10.395
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	137.151.444	137.151.444
Lucro básico por ação - R\$	0,03	0,08

29. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguro garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Modalidade	Vigência	Cobertura
Veicular I (Concessionária)	mar/23	6.224
Veicular II (Concessionária)	fev/23	6.987
Risco Contornos (Concessionária)	nov/23	67.986
Risco Contornos (Concessionária)	nov/24	33.353.115
Risco Contornos (Concessionária)	nov/23	1.708.480
Responsabilidade Civil (Concessionária)	mar/23	206.014
Responsabilidade Empresarial (Concessionária)	abr/23	491.711
Responsabilidade Empresarial (Concessionária)	ago/23	354.354
Garantia Fiança (Concessionária)	nov/23	36.634
Risco Engenharia (Obra de ampliação principal)	Aprop. jan/23	12.337

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

30. Eventos Subsequentes

No dia 17 de fevereiro de 2023 por intermédio da assinatura dos Termos Aditivos Modificativos nº 009 e 010, foram transferidos ao escopo da Concessionária as obrigações contratuais originalmente atribuídas ao Poder Concedente de execução das obras de Automação dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião e Obras dos Passivos do Planalto – Fase 1. O prazo de conclusão das obras são para o segundo semestre de 2024. O valor total dos Aportes a serem desembolsados pelo Poder Concedente para execução da obra é de R\$ 1.117.766 para Automação dos Contornos e R\$ 328.416 para obra dos Passivos do Planalto – Fase 1.

* * *